



PCMG participa da operação Decretados em Uberlândia

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) participou, na manhã desta quinta-feira (18/4), de uma operação do Grupo de Atuação especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), regional de Uberlândia, para o cumprimento de 116 mandados de prisão preventiva e 11 de busca e apreensão contra integrantes de uma organização criminosa com abrangência nacional, nas cidades de Uberlândia, Tupaciguara e Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, presídios de Minas Gerais e também do Estado de São Paulo.

Em Uberlândia os mandados de prisão e busca e apreensão são cumpridos nos Bairros Canaã, Laranjeiras, Integração, Morumbi, Alvorada e Shopping Park.

Já recebida pelo Juízo da 5ª Vara Criminal, a denúncia imputa a 116 denunciados os crimes de organização criminosa, associação para o tráfico e tráfico ilícito de entorpecentes e ingresso de aparelhos celulares no sistema prisional.

De acordo com o Gaeco, as investigações ocorreram a partir do levantamento de informações de que parte da facção criminosa teria recebido, no interior do Presídio Professor Jacy de Assis, em Uberlândia, remessa de drogas e aparelhos celulares, tendo em vista que o equipamento body scan estava com defeito, bem como de que existia um plano para executar um policial penal (devidamente identificado).

Após a incursão nas celas da referida ala, conhecida como Pavilhão do PCC, foram apreendidas várias porções de substâncias entorpecentes, quatro aparelhos celulares, bem como diversas anotações contendo cadastro de presos faccionados e levantamento dos setores que a facção criminosa comandava dentro do presídio, como venda de drogas, aluguel de quadra de futebol, apostas de partidas de futebol entre outros.

A partir da prova documental colhida e extração dos aparelhos celulares, descobriu-se que a organização criminosa contava com o rígido controle dos faccionados, através da denominação “cara-chachá”, com menção ao nome do integrante; data de nascimento; idade; nome da mãe; data e local do batismo; vulgo de batismo; origem da “quebrada”; funções ocupadas; presídio onde o faccionado estava recluso; se possui dívida com o PCC; se foi punido pela facção em alguma oportunidade; e posto atual.

Conforme o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), os elementos de provas colhidos revelam que os faccionados eram divididos em núcleos, os quais servem para distribuir as tarefas e permitir que os integrantes que atuam na disciplina possam acompanhar os andamentos dos trabalhos da organização criminosa. A organização utiliza essas práticas como formas de consolidar seu poder dentro do sistema prisional, criando uma economia paralela que beneficia seus interesses. Entre os núcleos estão: esporte, tabacaria, caixa do jogo do bicho, disciplina, papelaria, apoiadores, comunicador, “salveiro”, setor gaiola, “kaô”, almoxarifado entre outros.

Além disso, segundo o Gaeco, restou claro que os presos faccionados recolhidos no Presídio Professor Jacy de Assis mantêm contato com outros integrantes da organização criminosa que permanecem soltos e cumprem ordens para a prática de crimes e movimentação de valores em prol do PCC.

As investigações apontam que o entorpecente é utilizado no interior do presídio como moeda, uma espécie de câmbio local, o que se verifica em todas as frentes de atuação do “comando”. Assim toda dívida criada pelo comando era convertida primeiro em droga e, após, em moeda real.

Investigações começaram em 2020

Desde 2020, o Gaeco Regional de Uberlândia atua em investigações envolvendo o PCC de forma sistemática, sobretudo após duas tentativas de homicídio contra policiais penais.

Atuam na operação quatro promotores de Justiça; dois delegados da Polícia Civil e 20 policiais, 30 policiais militares e 21 agentes do Gaeco, além do apoio da Polícia Penal. A operação contou, ainda, com um helicóptero e 27 viaturas.